

# Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro

---

[rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/422](http://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/422)



## Notes on disappropriation in Brazilian law

---

### Autores

---

Celso Antonio Bandeira de Mello Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

### Palavras-chave:

---

desapropriação, Direito Brasileiro, Direito Administrativo

### Resumo

---

Do ponto-de-vista teórico, pode-se dizer que desapropriação é o procedimento administrativo através do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire para si, mediante indenização, fundada em um interesse público. À luz do direito positivo brasileiro, desapropriação se define como o procedimento através do qual o Poder Público, compulsoriamente, por ato unilateral, despoja alguém de um bem certo, fundado em necessidade pública, utilidade pública, ou interesse social, adquirindo-o originariamente mediante indenização prévia e justa, pagável em dinheiro ou, se o sujeito passivo concordar, em títulos da dívida pública com cláusula de exata correção monetária, ressalvado à União o direito de saldá-la por este meio nos casos de certas datas rurais, quando objetivar a realização da justiça social através da reforma agrária. Tal conceito decalca-se no art. 153, § 22, conjugado com o art. 161, e parágrafos, da Carta Constitucional brasileira.

### Biografia do Autor

---

**Celso Antonio Bandeira de Mello, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)**

---

Professor Emérito da Faculdade do Largo São Francisco. Professor Emérito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## Referências

---

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Apontamentos sobre a desapropriação no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, São Paulo, v. 5, n. 19, p. 439-460, out./dez. 2021.

## Publicado

---

2021-12-15

## Como Citar

---

MELLO, C. A. B. de. Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro: Notes on disappropriation in Brazilian law. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 5, n. 19, p. 439–460, 2021. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/422>. Acesso em: 7 fev. 2022.

## Edição

---

v. 5 n. 19 (2021)

## Seção

---

Memória do Direito Administrativo

## Licença

---



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

(CC BY-NC-ND)

Este é um resumo (e não um substituto) da [licença](#)

[Regras para publicação](#)

[Diretrizes Editoriais](#)

[Direitos e Deveres](#)

[Errata e Retratação](#)

[Preservação e Plágio](#)

[Revisão e Avaliação](#)

## Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

---

- Celso Antônio Bandeira de Mello, [O conteúdo do regime jurídico-administrativo e seu valor metodológico](#), *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI*: v. 1 n. 1 (2017).

- Celso Antônio Bandeira de Mello, Desapropriação de bem público, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 4 n. 14 (2020).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Apontamentos sobre a teoria dos órgãos públicos, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 2 n. 4 (2018).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Criação de secretarias municipais: Inconstitucionalidades do art. 43 da Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 11 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Novos aspectos da função social da propriedade, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 8 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Parecer. Improbidade Administrativa. Proibição de Contratar com o Poder Público. Termo Inicia I, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 4 n. 12 (2020).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Mandado de segurança contra denegação ou concessão de liminar, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 11 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Licitação. Aplicação de normas do Decreto-lei 200, de 1967, aos municípios: do objeto licitável, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 9 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Servidores públicos: aspectos constitucionais, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 4 n. 14 (2020).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Apontamentos sobre o poder de polícia, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 5 n. 18 (2021).

1 2 ≥ >>

